

PETROPOLITANAS

Divulgação/ Alerj



CPI foi autorizada pelo presidente da Alerj, Douglas Ruas

Alerj instaura CPI contra a concessionária Enel

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a atuação da Enel nas cidades do interior do estado do Rio de Janeiro. A resolução publicada no Diário Oficial da Alerj, nesta terça-feira (26), tem o objetivo de apurar falhas no fornecimento de energia elétrica na região. De acordo com o texto, a CPI vai ser composta por sete membros e terá um prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos por parte dos parlamentares. A resolução está em vigor desde segunda-feira (25) e é de autoria do deputado estadual Yuri Moura (PSOL). A CPI possui caráter investigativo e têm a finalidade de apurar determinados fatos de interesse público.

Enel Rio esclarece

A Enel informou que não foi notificada oficialmente sobre a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A distribuidora esclareceu ainda que vem realizando investimentos em tecnologia, automação e reforço das redes elétricas. Segundo a concessionária, entre 2023 e 2025 foram investidos mais de R\$ 4,3 bilhões na área de concessão no estado, com foco na modernização da rede. A empresa destacou também que, desde 2024, reforçou a atuação em campo.

Divulgação



Homenagem foi realizada em sessão nesta quinta

Homenagem para Pedro Paulo

O vereador Júnior Coruja entregou nesta quinta-feira (28) o título de Cidadão Petropolitano ao Deputado Federal Pedro Paulo, em reconhecimento aos investimentos e à atenção destinada ao município de Petrópolis. Presidente da Câmara Municipal, Júnior Coruja recebeu Pedro Paulo no Palácio Amarelo e destacou a importância da parceria política e institucional construída em benefício da cidade. O deputado federal, que é pré-candidato para a disputa de uma vaga ao Senado Federal pelo PSD.

Comdep recebe selo

A Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep) recebeu, em cerimônia realizada em Brasília, no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU), o 7º Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pelo Ministério das Mulheres. A certificação reconhece organizações que adotam práticas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades e valorização das mulheres.

Crítica

O movimento Aluguel Social e Moradia de Petrópolis divulgou uma nota crítica ao decreto da Prefeitura de Petrópolis que trata de um possível novo empreendimento residencial na localidade de Corrêas. Segundo o grupo, o município enfrenta déficit habitacional histórico devido os eventos.

Ranking

A nota complementa que o espaço poderia ser destinado à construção de moradias populares voltadas às vítimas das tragédias climáticas. Na manifestação, o movimento destaca que Petrópolis está entre as seis cidades brasileiras com maior número de registros de eventos climáticos extremos.

Moradia

Cerca de 3 mil famílias ainda aguardam moradia definitiva desde a tragédia de 2011. A principal crítica está relacionada às exigências de renda previstas para acesso ao empreendimento, vinculado ao programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com o texto, a faixa contemplada estabelece renda mínima.

Risco

Ainda segundo o movimento, cerca de 70 mil pessoas vivem atualmente em áreas consideradas de risco em Petrópolis. O grupo defende que as políticas públicas habitacionais priorizem famílias afetadas por desastres climáticos e em situação de vulnerabilidade econômica. Por fim, a nota cita que os interesses da população não foram atendidos.

Contemplada

A Prefeitura foi contemplada com o projeto Conexão Urbana, uma iniciativa da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), que tem o objetivo de fortalecer a governança na Região Metropolitana, onde o município está inserido, por meio do planejamento integrado de políticas públicas e da cooperação federativa.

Projeto

O projeto está estruturado em três eixos: Desenvolvimento Urbano e Construção Civil; Desenvolvimento Econômico e Inclusão Socioproductiva; e Sustentabilidade e Diálogo de Alto Nível. A proposta terá duração de três anos e, ao final, entregará um portfólio de soluções construídas em parceria com o Sebrae e as prefeituras.



Órgão também avalia retenção das águas pluviais

Comitê Piabanha avalia projeto habitacional

Projeto deve respeitar a faixa marginal de proteção do rio

Por Leandra Lima

O Comitê Piabanha vai avaliar nesta sexta-feira (29), a criação do conjunto habitacional de interesse social, destinado ao 'Programa Minha Casa, Minha Vida', previsto para ser instaurado em um terreno situado em Corrêas, no número 4.024, próximo ao rio Piabanha. Segundo Rafaela Facchetti Assumpção, engenheira sanitária, analista de gestão do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da ENSP/Fiocruz e uma das diretoras do Comitê, a primeira coisa a ser respeitada é a 'Faixa Marginal de Proteção' do rio.

A discussão surgiu após o prefeito Hingo Hammes (PP) publicar no Diário Oficial do dia 26 de maio o decreto nº 432, que destina o terreno para a construção do conjunto. O projeto utiliza a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (LUPOS) e a Lei Municipal nº 7.199/2014, que permitem criar AEIS em terrenos subutilizados para fins sociais. Segundo o decreto, os estudos passaram pela avaliação técnica da Coperlupos, com parecer favorável.

O conjunto será destinado a famílias com renda mensal entre 3 e 6 salários mínimos, com seleção final feita pela Caixa Econômica Federal. O complexo deve conter no máximo nove pavimentos, sendo dois de pilotis; taxa de ocupação de 50%; área útil mínima da unidade de 40m²; uso residencial multifamiliar; área de recreação e lazer na proporção de 1,5m² por unidade, entre outros pontos.

Além disso, no mínimo 20% da área total do terreno deve ser destinada a uma reserva florestal ou reflorestamento com árvores nativas ou frutíferas. Está prevista também a implantação do sistema viário de entrada e saída conforme o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), para mitigar o impacto viário, ou seja, o trânsito.

Outro ponto do decreto aponta que deve se pensar na construção de uma bacia de retenção de águas pluviais, no próprio terreno ou arredores, para evitar sobrecarga no sistema de drenagem da região.

Esse é justamente um dos pontos que levanta a preocupação dos órgãos ambientais. Rafaela Facchetti Assumpção ressalta que a área onde está prevista a construção inunda tanto o terreno quanto a pista. "O terreno, a meu ver, deveria ser desapropriado para ser utilizado como área alagável e onde se poderia fazer um ou mais reservatórios de retenção de águas pluviais ou mesmo do rio, para mitigar a inundação na praça de Corrêas e adjacências", comentou.

Reação

Esses pontos também levantaram a atenção de parlamentares. A vereadora Júlia Casamasso (Psol) e o deputado estadual Yuri Moura (Psol) denunciaram ao Ministério Público o decreto da Prefeitura. Segundo a denúncia, o decreto apresenta inconsistências e amplia a especulação imobiliária em uma área historicamente marcada por alagamentos e problemas de drenagem, o que não beneficia a população.

Esse fragmento também é apresentado por Rafaela. "A cidade precisa de empreendimentos para a população vulnerável, que está em áreas de risco, ou daqueles que já estão no aluguel social. Não precisa de mais adensamento em uma área que já apresenta pouca mobilidade urbana", disse.

Outro ponto denunciado pelos parlamentares é que a principal contrapartida prevista, a da bacia, está condicionada à "viabilidade técnica e econômica", o que fragiliza a medida para reduzir as enchentes em Corrêas.

A reportagem questionou a Prefeitura e não recebeu retorno até o fim desta edição.